



## Leituras da Alteridade no Jornalismo Internacional: Testemunho, Singularização e o Consumo do Outro na Cobertura da Primavera Árabe<sup>1</sup>

José Augusto Mendes Lobato<sup>2</sup>

USP

### Resumo

Tomando as representações de alteridade nas mídias como preocupação central, este texto propõe um estudo sobre as estratégias testemunhal e de singularização utilizadas na cobertura jornalística à hora de enunciar o Outro. Ancorados em noções das ciências da linguagem, da sociologia, dos estudos culturais e das teorias do jornalismo, examina-se o potencial demarcador do discurso e as transformações no campo da identidade e do consumo com o processo de globalização, bem como alguns pressupostos da narrativa jornalística – como as noções de objetividade, verossimilhança e efeito de real. Para aplicação prática, selecionamos seis materiais jornalísticos sobre os conflitos e desdobramentos da Primavera Árabe, onda de protestos que afetou diversos países no norte da África e no Oriente Médio a partir de dezembro de 2010, com ampla repercussão na imprensa internacional.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Globalização; Narrativa de Alteridade; Consumo; Singularização.

Presentes como traços fundantes das narrativas em geral, a transmissão de experiências e a produção do acontecimento figuram, há muito, como pressupostos do texto jornalístico. Por meio de uma complexa estrutura de mediação de conhecimento (BENEDETI, 2009), capaz de produzir “uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano” (SODRÉ, 2009, p.87) e, ao mesmo tempo, atualizar as representações socialmente dirigidas sobre o mundo, os textos de informação povoam os mais

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 9 - Comunicação, Discursos da Diferença e Biopolíticas do Consumo, do 5º Encontro de GTs – Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da USP. Consultor de conteúdo na agência Report Sustentabilidade e docente de pós-graduação *lato sensu* nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: [gutomlobato@gmail.com](mailto:gutomlobato@gmail.com).



diversos suportes midiáticos e atuam como espaços de inscrição de memória, atualidade e identidade, permitindo-nos articular uma realidade ontologicamente impossível de se apreender com os sentidos.

Se, por um lado, tais traços remetem àquilo que, desde a construção do mito da objetividade, é tido como inegociável no jornalismo – contribuir para o acesso à informação e para o debate público, em estreita conexão com a liberdade de expressão e pensamento –, por outro indicam um potencial inegável das narrativas de informação: o de fixar sentidos e operar, muitas vezes de forma prescritiva ou disciplinar (GOMES, 2000; 2003), no ordenamento das experiências cotidianas, o que se torna especialmente relevante em situações de contato com ambientes socioculturais e geográficos distantes, tornados visíveis via mediação técnica. É a partir dos regimes de visibilidade gerados pelo que denominamos *narrativas de alteridade* que podemos, portanto, entender o papel do jornalismo na produção de sentidos sobre o Outro – apreendido durante o processo de apuração e convertido, segundo pressupostos convencionais do gênero, em determinados enunciados e imagens que o traduzem e ancoram como construções imaginárias.

Neste texto, buscamos lançar reflexões de ordem teórica para compreender esse fenômeno, pautados por estudos sobre linguagem, jornalismo e o contexto da globalização e da cultura das mídias, a fim de compreender como a cobertura internacional pode se tornar lugar de produção de experiência e testemunhos sobre o contato com a alteridade. Para isso, partiremos à análise de seis reportagens de cinco empresas de comunicação – BBC, RFI, Opera Mundi, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo – que abordam, de diferentes maneiras, as experiências de jornalistas, emigrantes brasileiros e populações locais que acompanharam o fenômeno da Primavera Árabe, entre 2010 e 2014.

### **Linguagem: lugar de identidade e disciplinarização**

A preocupação com os instrumentos narrativos que usamos para dar ordem e sentido à experiência de mundo é antiga e, embora ultrapasse o propósito deste texto,



COMUNICON 2015

congresso internacional  
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS  
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO  
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

traz algumas reflexões importantes para compreendermos o lugar de fala do jornalismo nas sociedades atuais. Seja na filosofia, nas ciências da linguagem ou no campo da psicologia, entender o ato de narrar e ouvir histórias como um processo contínuo de construção da subjetividade e daquilo que é visível permite-nos alcançar uma assertiva muito bem sintetizada por Kathryn Woodward (2000, p.17): “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”.

Nos atuais estudos da comunicação, indica-se que a passagem do indivíduo da natureza à cultura perpassa sua inscrição no campo simbólico – ou *ordem simbólica*, como diria Gomes (2003; 2008) –, por meio do qual ele passa a elaborar conceitual, discursiva e narrativamente determinadas interpretações da realidade. Charaudeau (2006, p.42) nota, por exemplo, que o discurso indica a natureza do contato entre o sujeito e o ambiente exterior e remete às interações e aos sistemas de signos que o produzem, muito mais do que à própria informação transmitida. No mesmo rumo, Jerome Bruner (2014, p.17) afirma que, nas relações cotidianas, nos apegamos a “modelos narrativos”, que modelam “nossas experiências diárias”, articulando não só o mundo, “mas as mentes que procuram lhe dar significado” (BRUNER, 2014, p.36).

A produção de saber, a conformação ao corpo social e a produção de sentidos de pertencimento e identidade são efeitos naturais de enunciados que marcam presença desde as narrativas orais e a pintura rupestre até as manifestações das mídias, atuando a um só tempo na “transmissão do *ethos* comunitário” (SODRÉ, 2009, p.180) e na demarcação de campos de visibilidade a partir dos quais um mundo complexo, caótico e naturalmente desordenado em sua sucessão de fenômenos, objetos e ambientes torna-se possível de compreender. É na *ordem simbólica*, articulada na linguagem, diz Gomes (2008, p.26), que conhecemos “aquilo a ser visto, experimentado, vivido: tanto os modos quanto as existências. O resto é silêncio”.

Esse elemento introduz, nos processos narrativos em geral, três aspectos (ou atribuições) essenciais: sua vinculação com a demarcação de sentidos, fronteiras e delimitações sobre o mundo; sua função identitária e de construção de identificações e



comunidades simbólicas; e, por fim, mas não menos relevante, sua natureza dependente da produção da alteridade – dos campos nos quais o Outro, lugar do estranhamento, da “não mensagem” e da diferença, configura-se como categoria indissociável da produção de sentido.

Diversos autores, como Charaudeau (2006), Gomes (2003; 2008) e Foucault (1996), percebem, com propósitos e objetos diversos, que as instituições da linguagem e o discurso – entendido como processo mais amplo da comunicação, incluindo aspectos contextuais e exteriores à mensagem – são formas de selecionar elementos, construir nexos causais e explicações para os fenômenos, adaptá-los a sistemas de conhecimento e, assim, indicar as possibilidades e rotas de entendimento da realidade. Ao narrarmos determinado acontecimento ou fato, ele já se torna inscrito na cultura e dá acesso a determinada leitura de mundo. Sintetiza Gomes (2003, p.41):

É preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está imbutido o mundo a ser vivido. (...) Trata-se da estratificação de relações de poder sendo construída e mantida, pois o que caracteriza a discursividade é justamente a determinação de tais relações.

Acompanhando as reflexões da autora, ancoradas no pensamento de Michel Foucault, nota-se que a narratividade implícita em qualquer operação da linguagem trabalha com a produção de *disciplinas*: ou seja, de modos de ver e articular informações, sentidos e formações discursivas. É no trânsito da natureza (dos fenômenos) ao simbólico (da ordem, da cultura, das instituições e normatizações) que “enuncia-se o visível e, portanto, o vivível” (GOMES, 2003, p.103).

Outro aspecto importante é a relação latente entre os processos narrativos e a conformação da identidade. Ao interpretar os fenômenos do ambiente exterior e revesti-los de traços de familiaridade, as conversações e os discursos, diz Moscovici (2003, p.51), criam “nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes”. Por meio do conceito de *narrativa da nação*, Stuart Hall também percebe que é por meio das “estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2001, p.49) que as comunidades humanas formam sentidos de



pertencimento, permanência e coesão para suas tradições, seus saberes e seus modos de vida. Essa prática de “escrita” do sujeito possui relação íntima com a produção de representações, ficcionais ou não, que conferem natureza singular e ritual ao *habitus*, refletindo-se na formação do corpo social e na configuração do sujeito.

Em terceiro lugar, devemos notar o potencial da linguagem, também, como espaço de conformação da alteridade – categoria que alude a representações do distante, do não familiar e do não reconhecível, lugar do estranhamento e do confronto com a diferença cultural. Bhabha (1998, p.75), em seu detalhado estudo sobre as sociedades pós-coloniais, indica que “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou *locus*” – frase que carrega uma série de aspectos que aludem às experiências de mundo, à fragilidade dos processos identitários e à necessidade de produção de polos opostos, a partir dos quais a diferença é demarcada e o lugar do Outro, constituído, em oposição ao Eu/Nós.

Por notar que a “escrita” das nações – e comunidades – é um trabalho comumente arbitrário, que busca congelar determinados elementos elegíveis ao *status* de constitutivos das tradições e memórias de um grupo, o autor argumenta que os “fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana”, que “devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente” (BHABHA, 1998, p.207), pressupõem a produção da diferença cultural, como uma espécie de polo oposto. No entanto, essas operações não conseguem dar conta das dinâmicas cada vez mais intensas de interação dos grupos culturais em outros sistemas simbólicos, diante dos quais as identidades “são sempre incompletas ou abertas à tradução cultural” (BHABHA, 1998, p. 228).

### **Globalização, consumo, alteridades em fluxo e o lugar do(s) Outro(s)**

Diante dessas reflexões, notamos que narrar, mais do que repassar informação e conhecimento a outrem ou produzir ficções sobre o real, significa conferir ordem, sentido e lógica aos fenômenos, sujeitos e ambientes, demarcando regimes de visibilidade, produzindo sentidos de identidade e definindo as fronteiras que designam



a diferença cultural e a alteridade. Tais operações, já suficientemente complexas desde as sociedades guiadas pela cultura oral, tornam-se ainda mais problemáticas diante da ascensão das mídias, das comunidades transnacionais e do processo de globalização – que, como notam Giddens (2002), Bauman (1999) e Hall (2001), alteram de forma significativa e irrefreável os paradigmas de circulação, produção e consumo de sentidos nas sociedades contemporâneas.

Concentrado nessas transformações, o sociólogo Anthony Giddens (2002) nota, nos processos contemporâneos de atribuição da identidade, uma transição da solidez à instabilidade, marcada pela produção do que denomina “o projeto reflexivo do eu”. Para o autor, a ciência, a tecnologia – e, aí, incluem-se os meios de comunicação – e a especialização têm a capacidade de transformar fortemente a noção de experiência. “A segregação da experiência”, diz, “significa que, para muitas pessoas, o contato direto com eventos e situações que ligam a vida individual a questões mais amplas de moralidade e finitude são raras e fugazes” (GIDDENS, 2002, p.15). Complementa o autor:

A experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência da escrita, tem influenciado tanto a auto-identidade quanto a organização das relações sociais. Com o desenvolvimento da comunicação de massa, particularmente a comunicação eletrônica, a interpenetração do auto-desenvolvimento e do desenvolvimento dos sistemas sociais (...) se torna cada vez mais pronunciada (GIDDENS, 2002, p.12).

Nesse contexto, a transformação do Eu em um projeto reflexivo permite maior intercambialidade de sentidos, identidades e experiências possíveis, essencialmente via consumo e comunicação; o “eu alterado” da cultura contemporânea, diz Giddens (2002, p.37), “tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social”. Ideias semelhantes são exploradas por autores como Hall (2001), Bhabha (1998) e Woodward (2000).

Por ser tanto simbólica quanto social, a formação da identidade não a exime da existência de contradições internas, diz Woodward (2000, p.41), muito pelo contrário; na diferença, são estabelecidas distinções, “frequentemente na forma de oposições”, e as identidades precisam ser “construídas por meio de uma clara oposição entre ‘nós’ e



‘eles’”. *A contemporaneidade, podemos aferir, é tempo-espaco privilegiado para a experiência do Outro, tornado objeto de consumo, enunciado em fluxo permanente e convertido em necessidade lógica para a fixação do Eu/Nós* – elemento essencial para a sobrevivência das identidades, em um mundo interconectado e multirreferencial.

Eis, portanto, um cenário em que notamos a relevância das narrativas de alteridade para os estudos contemporâneos sobre comunicação, linguagem, consumo e identidade. Entendidas como elemento complementar às narrativas da nação, essas construções carregam consigo, mais do que elementos de identificação e pertencimento, conteúdos que remetem à diferença, à não familiaridade e aos processos de tradução – implícitos tanto em seu consumo quanto em sua produção, a partir de um complexo e duplo procedimento/graduação em que o Outro é “lido” e interpretado tanto pelo autor do enunciado quanto por aquele que o consome.

### **Linguagem jornalística: efeito de real, testemunho e singularização em foco**

Antes de partir para nossa análise, devemos compreender o lugar do discurso jornalístico nas sociedades contemporâneas, examinando sua linguagem e suas origens, intimamente relacionadas à consolidação de uma “mitologia do liberalismo” (SODRÉ, 2009, p.13). De acordo com Sodré (2009), Sponholz (2009) e Benedeti (2009), essa relação estreita entre o jornalismo e a democracia se sustenta em um determinado estatuto, segundo o qual a livre circulação de informações possui um “papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (BENEDETI, 2009, p.59). Essa operação, porém, por muitas décadas buscou apagar seus traços de narratividade e ficcionalidade, a fim de associar o texto jornalístico a um “reflexo” ou “espelho” perfeito do real. Alcançamos, assim, um dos principais pressupostos ontológicos desse gênero discursivo: a objetividade.

O apagamento das operações seletivas, afetivas e de ordenamento da experiência produzidas no texto informativo durante a captura da realidade por repórteres, cinegrafistas, editores e demais operadores do campo profissional é uma marca ideológica que, além de constituir seu estatuto, potencializa o caráter



referencial e documental dos processos narrativos. Marcado por valores como veracidade, comunicabilidade, pluralidade, liberdade, inteligibilidade e transmissibilidade (BENEDETI, 2009, p.119-120), o discurso informativo caminha sobre a tensão entre a natureza seletiva dos processos de representação (narratividade) e o estatuto da objetividade (referencialidade plena), da suposta reflexividade entre a realidade sensível e a por ele construída. Retornamos, aqui, às ideias de Gomes (2003), para quem, ao invés da construção da verdade, pressuposta no princípio do relato objetivo, deve-se examinar as narrativas de informação a partir daquilo que elas constroem *de facto*: verossimilhança e credibilidade.

Ao revisar a noção de efeito de real, discutida por Barthes (1988), Gomes sinaliza que a narração de fatos busca autenticar-se por meio do chamado “discurso realista” – o mesmo também operado pela História, como campo de conhecimento –, “que supõe uma irmandade entre real e simbólico em detrimento deste último” (Gomes, 2000, p.42). Ignorando sua dimensão ficcional, simbólica e narrativa e reforçando seus traços de referencialidade, o jornalismo teria o efeito de real como eixo de construção, por meio de um já citado esforço de apagamento da subjetividade.

É por isso que a palavras como verdade e verdadeiro vêm sobrepor-se verossímil e credibilidade. O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito de real discursivamente construído. E credibilidade, hoje em dia a palavra chave em todas as instâncias sociais, é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude (GOMES, 2000, p.30).

Diversos estudos contemporâneos têm buscado dar conta da tensão entre referencialidade e narratividade no discurso jornalístico. Alguns autores, como Coutinho (2012) e o próprio Muniz Sodré (2009), percebem no jornalismo uma estrutura dramática ou retoricamente ficcional, com a tessitura da intriga e a existência de um enredo que articula as informações, insere-as em um contexto dramático e as organiza como universos diegéticos, de forma análoga à ficção.

Duas estratégias, presentes nos mais diversos formatos e subgêneros do jornalismo, se destacam por sua associação às dimensões referencial e narrativa e, extensivamente, às narrativas de alteridade aqui problematizadas: a função testemunhal e a singularização. Segundo Jost (2009, p.23), ao discutir as estratégias





COMUNICON 2015

congresso internacional  
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS  
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO  
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

de autenticação da informação televisiva, a presença dos repórteres e cinegrafistas como testemunhas oculares de determinados acontecimentos figura como chave para compreensão do efeito de realidade operado no jornalismo. É por meio do testemunho que “o signo não remete mais a um objeto que seria o mundo”; o enunciador da informação deixa de ser mero produtor de textos ou imagens e torna-se “um sujeito humano, que está ligado ao mundo pelo olhar”.

Por outro lado, a singularização ou personificação, muito comum no jornalismo em suas diversas formatações editoriais (variedades, economia, política, internacional etc.), alude à necessidade da composição de personagens que encarnam, vivenciam e contextualizam determinados dados e informações, conferindo unicidade e humanidade à narrativa. Para Leal (2009, p.96), por meio desse recurso “o tema geral e as perspectivas que a notícia apresenta aparecem encarnadas em figuras específicas”, a fim de “tornar o relato mais acessível ao espectador, acionando sua identificação com o que é narrado”. Extensivamente, podemos notar esse recurso como grau zero de tessitura da intriga – portanto, da narratividade –, reforçando os traços ficcionais que permeiam a estrutura da narrativa jornalística, a partir de figuras humanas (repórteres, cidadãos comuns, especialistas etc.) que posicionam o fenômeno localmente e o articulam como discurso socialmente dirigido.

Resta-nos uma questão: *como se comportam essas características em reportagens, relatos e notícias que se configuram como narrativas de alteridade?* À hora em que o cerne ou mote narrativo se transfere para a apresentação de universos socioculturais exógenos, quais os mecanismos utilizados para ancorar, reduzir a não familiaridade, fixar sentidos e transmitir conhecimentos e experiências sobre o Outro?

### **O olhar sobre o Outro no jornalismo: a cobertura da Primavera Árabe**

Indignado com as condições de vida de seu país, o jovem feirante Mohammed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo ao próprio corpo em dezembro de 2010, na Tunísia. Provavelmente de modo não intencional, o ato de desespero acabou acendendo a fagulha da Primavera Árabe – como se convencionou denominar a onda de protestos e



revoluções que tomou conta de mais de 15 países do norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012, com reflexos que estendem até hoje em nações como Iraque, Síria e Iêmen. Com consequências que ainda hoje são alvo de análise – algumas negativas, como o conflito armado, a morte de civis em grande escala, a devastação econômica dos países e a ascensão de conflitos internos na comunidade islâmica –, a Primavera foi amplamente apoiada por passeatas, comícios, greves e manifestações convocadas pela população e grupos políticos por meio de mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, ganhando repercussão internacional.

Além de expor, em narrativas de tom factual, testemunhal ou interpretativo, os diferentes fatores sociais, culturais e políticos que levaram aos diferentes levantes na comunidade árabe, o vasto material jornalístico com que nos deparamos tem como principal característica o esforço referencial, quase didático, na tradução e explicação dos grupos religiosos e políticos envolvidos e dos múltiplos reflexos da Primavera Árabe nas relações internacionais ou dentro dos países afetados. Para nossa breve análise, selecionamos, aqui, seis materiais jornalísticos que abordam os conflitos, desde seu início até meados de 2014 (ver seção de referências). São reportagens, vídeos-relato e testemunhos em forma de matérias que exploram, sobretudo, os reflexos na vida da população dos países afetados, a dificuldade estrutural da cobertura jornalística e análises posteriores sobre os resultados práticos dos conflitos.

Com diferentes abordagens, os materiais têm em comum o objetivo de explorar a dimensão humana/social do fenômeno, além de trazer dados e informações sobre os conflitos, suas motivações e seus desdobramentos de médio e longo prazos – motivo pelo qual foram objeto de nossa escolha, dentro de um universo expressivamente maior de textos e matérias jornalísticas sobre o fenômeno.

“O *boulevard* Habib Bourguiba, reduto dos protestos pacíficos em Túnis em 2011, agora é um cenário tomado por rolos de arame farpado, para impedir o acesso de eventuais manifestantes aos prédios do governo”. Com essa descrição, Lyse Doucet, em matéria da BBC, dá força à sua tese de que, na Tunísia e também em outros países, a Primavera Árabe se transformou em um longo e sofrido inverno. “Os



charmosos cafés ao estilo francês no *boulevard* estão cheios, mas a maioria dos clientes não tem muito o que gastar – são na maioria desempregados”, afirma, contextualizando o ambiente que percebeu em sua visita à capital tunisiana.

Mesclando informações atualizadas sobre o cenário político no Egito, na Síria, na Líbia e no Iêmen a depoimentos e percepções pessoais da repórter, em uma incursão presencial à capital tunisiana, “Duro inverno para a Primavera Árabe” carrega, consigo, traços estilísticos e angulação que se associam à reportagem em profundidade – categoria que, segundo Medina (1988, p.72), possui quatro grandes características: “a ampliação das informações imediatas (notícia)”; a humanização, “que individualiza um fato social por meio de um perfil representativo”; a “ampliação do fato imediato no seu contexto”; e, por fim, “o rumo da reconstituição histórica do fato”. Embora curto, o texto de Doucet combina o foco singular – a presença do ponto de vista – ao resgate histórico e à presença de uma angulação crítica sobre os efeitos da Primavera Árabe, em um esforço contextual que “amplia uma simples notícia de poucas linhas” (MEDINA, 1988, p.134), reforçando sua narratividade.

Esse caráter de ampliação do fato imediato e de superação da indicialidade/referencialidade pura, muitas vezes, associa-se às estratégias de ficcionalização do discurso informativo, que ampliam a perspectiva, a presença do ponto de vista, a produção de um conflito/intriga/problema e a assunção do narrador que interfere e da personagem que singulariza o fato/fenômeno, com vistas à produção de relatos pessoais, afetivos e, nos termos de Sodré (2009), autoconfirmativos – ou seja, que reafirmam o lugar de fala do jornalista.

Também notamos, nos materiais da RFI Português, da Folha de S. Paulo e do Estado de São Paulo, o uso de personagens para ancorar e traduzir determinados aspectos, em sintonia com a estratégia de singularização. Na primeira, o foco se dá na relação do cartunista carioca Carlos Latuff com os protestos no Egito e, algum tempo depois, em outros países da comunidade árabe nos quais rebeldes e manifestantes solicitaram seus serviços, tornando-o chargista “oficial” da Primavera Árabe; já no Estadão, a reportagem “Brasileiros residentes em países da Primavera Árabe relatam



situação” busca explicar a influência dos conflitos sobre o cotidiano de brasileiros que residem no mundo árabe. Eis a abertura do texto:

Apesar da situação conturbada em lugares como Iêmen e Síria, brasileiros que vivem em países da região, como Jordânia, Líbano, Arábia Saudita e Marrocos garantem que as movimentações não causaram impactos relevantes no cotidiano. Além disso, afirmam que há um exagero da imprensa com relação à real situação dos países onde vivem – embora, nesses casos, sejam locais com confrontos bem menos violentos que em outros (QUEIROZ, 2011, *online*).

O texto chama atenção pela estratégia de utilizar a voz de brasileiros residentes naqueles países para oferecer informação contextual. Nota-se, na singularização viabilizada por meio dos emigrantes brasileiros, não apenas uma operação específica de autenticação do real no jornalismo (LEAL, 2009; JOST, 2009), mas também a necessidade humana de, como diz Tzvetan Todorov (1993, p.124), “apreender o desconhecido com o auxílio do conhecido”, a partir da própria experiência de brasileiros que vivem na fronteira da identidade e da alteridade.

Na Folha, a matéria de Marcelo Ninio, responsável por um blog que cobria os acontecimentos do Oriente Médio para o jornal, segue o mesmo rumo. Ao descobrir, em um campo de refugiados na Síria, enorme admiração dos sírios pelo jovem Abdul Basit Sarut, goleiro da seleção síria sub-23, Ninio conta a história do jogador-ídolo e comenta a paixão dos refugiados pelo futebol. Novamente ancorando-se em referenciais de familiaridade para o leitor brasileiro – o futebol, a admiração pelo ídolo –, o texto esforça-se em apresentar dados contextuais sobre a instabilidade política local, combinando-os à evocação afetiva e à dimensão testemunhal.

Cabe, por último, mas não menos importante, retornar à dimensão testemunhal do jornalismo, para examinar a assunção da figura do narrador/jornalista nos materiais analisados. Os materiais do Opera Mundi e da TV Estadão – e, podemos aferir, também o texto de Marcelo Ninio, na Folha – são exemplos fortuitos que apontam de que modo a produção de efeito de real e verossimilhança no jornalismo se associam, sobretudo em coberturas de regiões distantes, à presença física do repórter/fotógrafo/cinegrafista nos locais retratados. No relato em vídeo “Iêmen



enfrenta problemas mesmo com a saída do presidente”, produzido por Solly Boussidan, nota-se o reforço testemunhal a partir da narrativa de sua experiência de entrada e permanência do país – um dos mais gravemente afetados pelos conflitos armados e pela influência de grupos radicais islâmicos, como a Al-Qaeda. O vídeo combina elementos testemunhais, como a descrição das ruas, do comportamento das pessoas, da presença militar ostensiva e da hostilidade a profissionais da imprensa, e algumas informações contextuais do Oriente Médio. Mas é na própria dificuldade de apurar dados no país que o correspondente se concentra:

Entrar no Iêmen não é uma tarefa das mais simples. Você precisa conseguir um visto de entrada, o que é muito complicado porque o país tá habitualmente em guerra civil, uma base muito grande da Al-Qaeda. (...) O jeito que eu particularmente consegui entrar foi indo para uma ilha que pertence ao Iêmen que fica bem afastada do continente, já perto da África, chamada Socotra (BOUSSIDAN, 2014, *online*).

Eis uma das principais estratégias referenciais e de ancoragem que notamos nas narrativas jornalísticas de alteridade: a utilização da própria figura do jornalista como elemento “fronteiriço” e testemunha ocular da interação com a diferença. Por meio de um exemplo de embate e tensão – o fechamento do Iêmen para a imprensa internacional –, devidamente traduzido, empreende-se um esforço de construção da verossimilhança: o repórter não só esteve no local dos conflitos como foi diretamente afetado por eles, encarnando o estranhamento diante da alteridade. Mais que um operador de imagens e textos – e aqui, mais uma vez, evocamos François Jost (2009) –, ele é uma figura humana, *um sujeito que atesta a materialidade do mundo a partir de seu olhar sobre as paisagens representadas do Outro*.

### **Considerações finais**

Neste texto, buscamos propor um exercício exploratório, examinando os recursos discursivos que regem a apresentação e o consumo da alteridade na reportagem jornalística internacional. Tomando como base relatos e textos que abordam a Primavera Árabe, focalizamos duas grandes estratégias – por um lado, a singularização/personificação do universo apresentado; por outro, o reforço da função



testemunhal, na figura do próprio repórter em contato com o Outro – que configuram a enunciação da diferença dentro do discurso informativo, evidenciando seu caráter duplo de ficcionalidade e referencialidade.

Essas operações nos fazem lembrar que, conforme diz Gomes (2000), o jornalismo atua, nas sociedades contemporâneas, como um *fato de língua*: oferece visadas, obedecendo às normas implícitas que o estruturam como gênero, e possui as mesmas limitações ontológicas dos demais processos narrativos, combinando recortes, excertos e dando-lhes algum sentido. E mais: por meio do pacto de autenticação que estabelece com seus leitores-consumidores, o jornalismo atua na atualização de discursos circulantes e na delimitação de regimes de visibilidade que regem os traços do Outro que são trazidos à luz ou mantidos à sombra. É o que identificamos, de maneira geral, no material jornalístico que traduz aos nossos olhos a complexidade do fenômeno da Primavera Árabe.

## Referências

- BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BENEDETI, Carina. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRUNER, Jerome. **Fabricando histórias: direito, literatura, vida**. SP, Letra e Voz, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.
- FREITAS, Jeanne Marie Machado de. **Comunicação e psicanálise**. São Paulo: Escuta, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. SP: Hacker/Edusp, 2000.



COMUNICON 2015

congresso internacional  
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS  
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO  
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

\_\_\_\_\_. **Poder no jornalismo.** São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e identificação.** Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Guaracira Lopes Louro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Que significa falar de “realidade” para a televisão?** In: GOMES, I. (Org.). *Televisão e realidade.* Salvador: EDUFBA, 2009.

LEAL, Bruno Souza. **Telejornalismo e autenticação do real: Estratégias, espaços e acontecimentos.** In: GOMES, I. (Org.). *Televisão e realidade.* Salvador: EDUFBA, 2009.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda – jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo: Summus, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade.** Florianópolis: Insular, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual.** In: SILVA, T.T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000.

### **Reportagens citadas**

BOUSSIDAN, Solly. [Iêmen enfrenta problemas mesmo com a saída do presidente.](#) **O Estado de S. Paulo**, 17 de dezembro de 2011. Acesso em 10 abr. 2015.

DOUCET, Lyse. [Duro inverno para a Primavera Árabe.](#) **BBC Brasil**, 15 de dezembro de 2013. Acesso em 10 abr. 2015.

NINIO, Marcelo. [Um goleiro na linha de frente da revolta síria.](#) **Folha de S. Paulo**, 2 de março de 2012. Acesso em 10 abr. 2015.

QUEIROZ, Christina Stephano de. [Brasileiros residentes em países da Primavera Árabe relatam situação.](#) **O Estado de S. Paulo**, 17 de dezembro de 2011. Acesso em 10 abr. 2015.

SION, Vitor. [Jornalista analisa impactos da Primavera Árabe após viajar por Líbano, Tunísia e Egito.](#) **Opera Mundi**, 9 de outubro de 2014. Acesso em 10 abr. 2015.

STIVANIN, Taíssa. [Carlos Latuff, o cartunista da Primavera Árabe.](#) **RFI Português**, 24 de janeiro de 2012. Acesso em 10 abr. 2015.